

Vassourada nos sibaritas

02 MAR 1994
ESTADO DE SÃO PAULO

Só no Brasil. Em 1988, o jeton foi derrubado pela Constituinte, considerado como imoral. Os parlamentares recebiam segundo o número de sessões freqüentadas, mas só descontavam o Imposto de Renda da parte fixa do subsídio — com o que a parcela do Fisco ficava reduzida a um valor simbólico. Outro aspecto negativo era proporcionado pela repetição de sessões, para garantir o jeton, mesmo não havendo pauta certa para votações. Em 1994, diante das vicissitudes experimentadas pela revisão constitucional, o presidente do Congresso descobre que a presença de senadores e deputados nas sessões pode ser assegurada... pelo jeton — com o que se eliminariam as dificuldades resultantes da falta de quórum.

Não se podem abolir privilégios dos representantes do povo. Descontar as faltas às sessões do subsídio seria medida punitiva que a assessoria jurídica do sr. Humberto Lucena desaconselha. Cortar as passagens aéreas fornecidas gratuitamente, idem. Há "pareceres" elaborados para mostrar que a providência não vingaria. E, no entanto, tal providência seria um tiro certo no ânimo de gazetear dos congressistas. Pois, como reconhece o próprio sr. Lucena, a falta de quórum sucede "porque os parlamentares não residem em Brasília". Enquanto o Legislativo federal funcionou no Rio, no Palácio Tiradentes e no Monroe, nunca faltou quórum, de segunda a sexta-feira. Em Brasília, tudo mudou. Poucos querem saber da *Novacap*. E, se podem dar presença na quarta-feira, a duras penas, para escapar para seus Estados em seguida, por que ficar lá, se a revoada é de graça?

Ingenualmente, o presidente da Câmara — comente-se de passagem —, diante dos percalços para levar adiante a revisão, anseia por comprometer nela os "contras", demonstrando que não conta com senadores e deputados que se dizem favoráveis à alteração da Carta. O deputado Inocêncio Oliveira decidiu dizer que o rei está nu; e faz saber

a quem possa interessar: "O problema da revisão, hoje, não são os 'contras', são os favoráveis".

Mas como ninguém é de ferro, anunciou-se que os senadores vão usar uma moderníssima central de vídeo, para autopromoção. Eles, que já dispõem de um dos maiores centros de processamento de dados do País, de uma gráfica muito bem equipada, e de funcionários mil, muitos deles até sem mesa para

A "gazeta" dos parlamentares dará aos eleitores o direito de condená-los ao ostracismo

trabalhar (para quê?), ganharam agora uma produtora de vídeo de última geração. Cada senador tem direito a 20 minutos mensais para gravação de vídeo com um pronunciamento ou uma entrevista pessoal nessa central espetacular, que custou US\$ 497 mil, pagos pelo contribuinte. A questão é que, neste ano, esse mesmo contribuinte é eleitor... As gravações já feitas foram de promoção pessoal. Mauro Benevides (PMDB-CE) enviou a dele para emissoras cearenses, para dar conta de ter sido inocentado pela CPI do Orçamento. Nelson Wedekin (PDT-SC), suplente naquela comissão, lá quase não apareceu, mas conseguiu montar um vídeo que busca realçar, como importante, a escassa participação que teve. César Dias (PMDB-RR) falou de suas capacidades de médico e despachou a fita para exibição em Roraima.

Qualquer brasileiro de bom senso, cuja esperança no futuro do País não tenha perecido diante do que pode observar no funcionamento (ou na falta de funcionamento) do Congresso, há de estar dividido entre a revolta e uma doce expectativa. A revolta resulta de sua impossibilidade de atuar para pôr fim ao descaso dos parlamentares pelo cumprimento de suas obrigações, que ignoram, enquanto se prevalecem dos privilégios de que se cumularam. A expectativa se fundamenta na circunstância de que neste ano poderão se armar de uma vassoura competente, para varrer da Praça dos Três Poderes os sibaritas que deslustraram o mandato eletivo. Registrem-se as exceções de praxe.